

Procedimento dos Défices Excessivos – 2.ª Notificação de 2011

De acordo com a segunda notificação de 2011 no âmbito do Procedimento dos Défices Excessivos (PDE), publicada pelo Instituto Nacional de Estatística a 30 de setembro de 2011, os valores do défice orçamental e da dívida pública das Administrações Públicas em 2010 situaram-se nos 9,8% e 93,3% do PIB, respetivamente (Quadro 1).

Quadro 1: Indicadores Orçamentais (PDE)
(em percentagem do PIB)

	2007	2008	2009	2010	2011p
Saldo Global					
1. Notificação de Setembro de 2011	-3,1	-3,6	-10,1	-9,8	-5,9
2. Notificação de Abril de 2011	-3,1	-3,5	-10,1	-9,1	:
Diferença (1-2)	0,0	-0,1	0,0	-0,7	:
Saldo Primário					
1. Notificação de Setembro de 2011	-0,2	-0,6	-7,3	-6,8	-1,7
2. Notificação de Abril de 2011	-0,2	-0,5	-7,2	-6,1	:
Diferença (1-2)	0,0	-0,1	0,0	-0,6	:
Dívida Pública					
1. Notificação de Setembro de 2011	68,3	71,6	83,0	93,3	100,8
2. Notificação de Abril de 2011	68,3	71,6	83,0	93,0	:
Diferença (1-2)	0,0	0,0	0,0	0,3	:

Fonte: INE, Notificação do défice e da dívida das Administrações Públicas (23 de abril de 2011 e 30 de setembro de 2011).

Estes valores denotam diferenças face à notificação de abril, que se prendem, essencialmente, com as alterações decorrentes da incorporação das despesas e dívidas da Administração Regional da Madeira (tendo também impacto desde 2008) e da revisão das contas do Serviço Nacional de Saúde e da Administração Local. Assim, as diferenças observadas no défice são de 0,7 p.p. do PIB e na dívida de 0,3 p.p. do PIB (Quadro 1).

Os resultados agora apresentados demonstram um aumento do défice e do défice primário para 2010 face a 2009, de 0,7 e 0,6 p.p. do PIB, respetivamente. Para 2011, mantém-se o objetivo do défice de 5,9% do PIB, traduzindo uma melhoria 3,9 p.p. face ao ano anterior.

De acordo com a notificação de setembro, a dívida pública atinge os 93,3% em 2010, revelando um aumento de 10 p.p. face a 2009. Para 2011, o valor previsto cifra-se em 100,8%. No entanto, no Relatório que acompanha a Proposta de Orçamento do Estado para 2012 este rácio foi revisto, devendo situar-se em 101,9% do PIB no final do corrente ano, considerando os fundos do mecanismo de apoio à recapitalização dos bancos.

Analisando a evolução da conta as Administrações Públicas (Quadro 2), para a despesa total, observam-se aumentos desde 2007 até 2010, com particular ênfase em 2009, cujo crescimento foi de 5,1 p.p.

Quanto às componentes da receita, a receita contributiva seguiu uma tendência crescente até 2009, relacionada com o melhoramento da eficiência e eficácia da cobrança da Segurança Social, em 2010 denotou-se uma ligeira quebra, explicada pelo aumento do desemprego e consequente diminuição das contribuições. A receita fiscal revela até 2009 o efeito da recessão e das medidas discricionárias adotadas ao apresentar sucessivos decréscimos. Em 2010, registou-se um aumento de 0,5 p.p. do PIB.

Quadro 2: Conta das Administrações Públicas
(em percentagem do PIB)

	2007	2008	2009	2010
Receita Total	41,1	41,1	39,7	41,6
Receita Corrente	40,4	40,4	38,8	38,9
Receita Fiscal	24,0	23,8	21,7	22,2
Receita Contributiva	11,6	11,9	12,5	12,2
Outras receitas correntes	4,8	4,7	4,6	4,4
Receita de Capital	0,8	0,7	0,9	2,7
Despesa Total	44,3	44,7	49,9	51,3
Despesa Corrente	41,0	41,7	45,8	45,7
Despesas com pessoal	12,1	12,0	12,6	12,2
Prestações Sociais que não em espécie	15,1	17,0	17,0	17,1
Juros	2,9	3,0	2,9	3,0
Outras despesas correntes	10,8	9,6	13,2	13,4
Despesa de Capital	3,3	3,1	4,1	5,6
Saldo Global	-3,1	-3,6	-10,1	-9,8
Saldo Primário	-0,2	-0,6	-7,3	-6,8
<i>Em memória:</i>				
Despesa Total Primária	41,4	41,7	47,0	48,3
Despesa Corrente Primária	38,1	38,6	42,9	42,7

Fonte: INE, Notificação do défice e da dívida das Administrações Públicas – 30 de setembro 2011.

No conjunto da União Europeia (U.E.), de acordo com a informação disponibilizada pelo Eurostat a 21 de outubro, registou-se, em 2010, uma melhoria da situação orçamental face a 2009, na generalidade dos países, com exceção da Irlanda, Alemanha, Áustria e Polónia (Quadro 3). Os maiores défices orçamentais em percentagem do PIB foram registados na Irlanda (-31,3%), Grécia (-10,6%), Reino Unido (-10,3%), Portugal (-9,8%) e Espanha (-9,3%). Embora os cinco países referidos anteriormente apresentem os valores mais elevados do défice orçamental, todos os restantes países que constituem a U. E., com exceção da Estónia e Suécia, encontram-se igualmente numa situação deficitária (Quadro 3). Os valores apurados resultam, principalmente, da contração da atividade económica e pelas medidas de estabilização implementadas tanto no sistema financeiro como no apoio às famílias e às empresas.

A deterioração da situação orçamental reflete-se também na dívida pública, com o aumento das necessidades de financiamento, bem como a aquisição líquida de ativos financeiros, sobretudo nos países com maior implementação de medidas de estabilização económica juntamente com um menor crescimento nominal do PIB nos países da União Europeia.

Quadro 3: Saldo Orçamental e Dívida Pública na União Europeia
(em percentagem do PIB)

	Saldo Orçamental				Dívida Pública			
	2007	2008	2009	2010	2007	2008	2009	2010
Bélgica	-0,3	-1,3	-5,8	-4,1	84,1	89,3	95,9	96,2
Bulgária	1,2	1,7	-4,3	-3,1	17,2	13,7	14,6	16,3
República Checa	-0,7	-2,2	-5,8	-4,8	27,9	28,7	34,4	37,6
Dinamarca	4,8	3,2	-2,7	-2,6	27,5	34,5	41,8	43,7
Alemanha	0,2	-0,1	-3,2	-4,3	65,2	66,7	74,4	83,2
Estónia	2,4	-2,9	-2,0	0,2	3,7	4,5	7,2	6,7
Irlanda	0,1	-7,3	-14,2	-31,3	24,9	44,3	65,2	94,9
Grécia	-6,5	-9,8	-15,8	-10,6	107,4	113,0	129,3	144,9
Espanha	1,9	-4,5	-11,2	-9,3	36,2	40,1	53,8	61,0
França	-2,7	-3,3	-7,5	-7,1	64,2	68,2	79,0	82,3
Itália	-1,6	-2,7	-5,4	-4,6	103,1	105,8	115,5	118,4
Chipre	3,5	0,9	-6,1	-5,3	58,8	48,9	58,5	61,5
Letónia	-0,4	-4,2	-9,7	-8,3	9,0	19,8	36,7	44,7
Lituânia	-1,0	-3,3	-9,5	-7,0	16,8	15,5	29,4	38,0
Luxemburgo	3,7	3,0	-0,9	-1,1	6,7	13,7	14,8	19,1
Hungria	-5,1	-3,7	-4,6	-4,2	67,0	72,9	79,7	81,3
Malta	-2,4	-4,6	-3,7	-3,6	62,1	62,2	67,8	69,0
Países Baixos	0,2	0,5	-5,6	-5,1	45,3	58,5	60,8	62,9
Áustria	-0,9	-0,9	-4,1	-4,4	60,2	63,8	69,5	71,8
Polónia	-1,9	-3,7	-7,3	-7,8	45,0	47,1	50,9	54,9
Portugal	-3,1	-3,6	-10,1	-9,8	68,3	71,6	83,0	93,3
Roménia	-2,9	-5,7	-9,0	-6,9	12,8	13,4	23,6	31,0
Eslovénia	0,0	-1,9	-6,1	-5,8	23,1	21,9	35,3	38,8
Eslováquia	-1,8	-2,1	-8,0	-7,7	29,6	27,8	35,5	41,0
Finlândia	5,3	4,3	-2,5	-2,5	35,2	33,9	43,3	48,3
Suécia	3,6	2,2	-0,7	0,2	40,2	38,8	42,7	39,7
Reino Unido ^(a)	-2,7	-5,0	-11,5	-10,3	44,4	54,8	69,6	79,9

Fonte: Eurostat, Euro-*indicators*, 21 de outubro de 2011.

Nota: (a) Os valores para o Reino Unido referem-se ao ano fiscal (1 de abril do ano X a 31 de março do ano X+1).

Relativamente ao rácio da dívida pública, todos os países registaram aumentos, em 2010 face a 2009, com exceção da Suécia e da Estónia, tendo os mais significativos (acima de 5 p.p. do PIB) sido observados na Irlanda, Grécia, Reino Unido, Portugal, Alemanha, Lituânia, Letónia, Roménia, Espanha e Eslováquia. Simultaneamente, verificou-se um aumento do número de Estados Membros cujo rácio da dívida se situa acima do valor de referência (60% do PIB), sendo 14 no final de 2009: Grécia, Itália, Bélgica, Irlanda, Portugal, Alemanha, França, Hungria, Reino Unido, Áustria, Malta, Países Baixos, Chipre e Espanha.